

Brasileiro faz curso até de madrugada para subir na vida

(Não Assinado)

Os mais pobres aumentaram os anos de estudo em 5,19%, enquanto o índice entre os mais ricos não chegou a 1%. De segunda a sexta-feira, o dia de Daniela Alves Santos, de 23 anos, começa às 7h da manhã com um copo de leite e termina às 2h30 depois de uma aula de matemática financeira, estatística, marketing ou contabilidade. Durante o dia, ela trabalha no setor administrativo de uma empresa de desenvolvimento sustentável e, de madrugada, cursa administração numa universidade particular da zona sul de São Paulo. São cinco horas de sono por noite. Trem, ônibus e metrô lotados para ir de casa ao trabalho e do escritório à universidade - esforço que deve dar a ela, daqui a dois anos, um diploma de ensino superior: o primeiro da família. A estudante de administração é um retrato da nova classe média, que tem conquistado uma renda melhor não só com "bicos" e trabalho dobrado, mas com investimento pessoal em educação. Uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, coordenada pelo professor Marcelo Néri, conseguiu medir o impacto dos anos de estudo a mais na renda da população. Fica bem claro que esses ganhos foram maiores nas classes mais baixas. "A renda dos mais pobres cresceu muito e a educação explica dois terços desse movimento. Enquanto no topo, a taxa de crescimento é menor e a educação explica menos, porque são pessoas que já tinham acesso ao conhecimento", esclarece o pesquisador. Entre 2003 e 2009, a renda individual do brasileiro cresceu 3,8% ao ano. Entre os 20% mais pobres, esse crescimento foi duas vezes maior. A novidade trazida por Néri é a comparação da renda com o nível de escolaridade e com a jornada de trabalho. No mesmo período, os brasileiros mais pobres conseguiram aumentar os anos de estudo em 5,19%, enquanto esse índice entre os mais ricos nem sequer chegou a 1%. Por sua vez, as horas de trabalho dos trabalhadores das classes C e D diminuíram. Aqui, Daniela, que nem se formou ainda, também serve de exemplo. Ela está na metade do curso de graduação e já sentiu a conta engordar. Em dois anos, passou de estagiária a gerente administrativa: o salário multiplicou por três. Na casa onde vive com a mãe, pensionista, a universitária é hoje quem tem a maior renda. Além de pagar a faculdade sozinha, Daniela consegue realizar pequenos sonhos: comprou computador e celular e faz planos de colocar o primeiro carro na garagem no início do ano que vem. "Nada disso seria possível sem estudo. O último aumento, que recebi há três meses, jamais teria vindo se eu estivesse parada." Um levantamento do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo (Semeesp) constatou que 72% dos estudantes que concluem o ensino superior conseguem aumento salarial. "A produtividade do profissional aumenta e o salário é reajustado também", explica o economista Rodrigo Capelato, diretor executivo do sindicato. Os números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram essa evolução: numa família em que todos os membros têm no máximo o ensino médio, a renda mensal gira em torno de R\$ 1.659,99. Quando alguém, na casa, tem o diploma de graduação esse valor vai para R\$ 4.296,05. "Parece estranho, porque em alguns segmentos da sociedade ter ensino superior hoje é o mínimo. Mas o fato é que essa é uma realidade distante da maioria e quem consegue esse feito se destaca", diz Hélio Zylberstajn, pesquisador do Observatório do Emprego e presidente do Instituto Brasileiro de Relações de Emprego e Trabalho (Ibret). No País, cerca de 44 milhões de famílias não sabem o que é ter alguém numa universidade. Para Daniela, isso só foi possível com um bom desconto na mensalidade. Com o salário de estagiária, não dava para pagar mais de R\$ 200 por mês pelo curso. Para não extrapolar a renda e continuar ajudando em casa, o jeito foi estudar de madrugada, das 23h à 1h45. Desde o ano passado, o horário é oferecido pelo Centro Universitário UniItalo, na zona sul de São Paulo, pela metade do preço. Dos 10 mil alunos, 1,1 mil estudam de madrugada. "Há dois anos decidimos focar nas classes C e D e sentimos necessidade de oferecer horários diferentes para esses alunos, que precisam trabalhar para pagar os estudos", diz o pró-reitor de graduação Luiz Carlos de Souza. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo